



### Curso de Licitação e Formação de Pregoeiros (6ª Edição - 2021)

**Carga Horária:** 24h

**Modalidades:** Presencial e Ao vivo/Online (em tempo real)

#### Público-alvo:

Aos profissionais da Administração Pública Direta e Indireta, de todas as esferas de Governo, União, Estados e Municípios, envolvidos direta ou indiretamente com as Licitações e Contratações Administrativas; Aos profissionais dos Três Poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como de Tribunais de Contas e Ministério Público, envolvidos direta ou indiretamente com as Licitações e Contratações Administrativas; e aos profissionais de empresas privadas e pessoas físicas que participam (ou tenham como objetivo participar) de Licitações e Contratações junto à Administração Pública.

#### Conteúdo programático:

##### 1 - INTRODUÇÃO ÀS LICITAÇÕES:

Conceito e finalidade da licitação.  
Legislação sobre licitação.  
Princípios da licitação.

##### 2 - MODALIDADES DE LICITAÇÃO:

Concorrência, Tomada de Preços, Convite, Pregão, Concurso e Leilão.  
Como definir a modalidade de licitação a ser adotada.

##### 3 - TIPOS DE LICITAÇÃO:

Menor preço, melhor técnica, técnica e preço, maior lance ou oferta.  
Tipo de licitação no caso de bens e serviços de informática.

##### 4 - CONTRATAÇÃO DIRETA SEM LICITAÇÃO:

Licitação dispensada, dispensável e inexigível.  
Fracionamento de despesa x Parcelamento do Objeto.

##### 5 - PLANEJAMENTO DA LICITAÇÃO:

Estudos Técnicos Preliminares.  
Identificação da necessidade, requisição do objeto, autorização de abertura.  
Justificativa da contratação, abertura do processo administrativo.  
Compras Compartilhadas. Compras Sustentáveis. Registro de Preços - SRP. Órgão Gerenciador, Órgãos Participantes e Órgãos não participantes (caronas)  
A intenção do Registro de Preços. A ata de registro de preços - ARP.

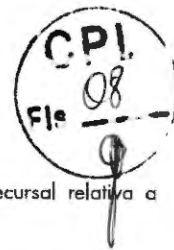
##### 6 - PROJETO BÁSICO E/OU TERMO DE REFERÊNCIA:

Definição do objeto. Indicação de marcas ou especificações exclusivas.  
Regimes de execução (empreitado por preço global, empreitada por preço unitário, tarefa e empreitada integral) ou modo de fornecimento. Orçamento estimado, Pesquisa de Mercado, Previsão/Indicação dos recursos orçamentários, definição da modalidade e tipo de licitação.

##### 7 - ELABORAÇÃO DO EDITAL:

Aprovação da Assessoria Jurídica.  
Formalidades da Lei de Responsabilidade Fiscal.  
Publicação do aviso do edital: prazos e locais.  
Sanções Administrativas e Processo de Penalidade

##### 8 - FASE EXTERNA:



Fase externa nas modalidades clássicas: concorrência, tomada de preços e convite.  
Impugnação do Edital. Abertura da sessão.

Credenciamento dos representantes. Fase de habilitação.

Etapa recursal referente à habilitação. Classificação e julgamento de propostas. Empate/desempate ficto da LC 123/06. Fase recursal relativa a julgamento das propostas. Adjudicação e Homologação. Recurso Administrativos

#### 9 - PREGÃO:

Surgimento do pregão. Legislação aplicável ao pregão. Características do pregão. Análise sobre a obrigatoriedade do pregão. Fase externa na modalidade pregão presencial. Impugnação do edital. Pedido de esclarecimento. Credenciamento. Abertura dos envelopes-proposta e exame de conformidade. Etapa de lances. Aplicação da LC 123/06 (empate/desempate ficto), aceitabilidade da proposta melhor classificada, dúvida sobre exequibilidade da proposta, negociação. Fase de Habilitação: habilitação para ME/EPP/demais beneficiados LC 123. Fase recursal. Registro de Preços SRP. Órgão Gerenciador, Órgãos Participantes e Órgãos não participantes (caronas). A intenção do Registro de Preços. A ata de registro de preços – ARP.

#### 10 - PREGÃO ELETRÔNICO:

Sistemas/Portais mais utilizados. Fase externa na modalidade pregão eletrônico. Credenciamento prévio, chave de identificação e senha, envio de propostas via sistema eletrônico, envio das declarações. Sessão do pregão eletrônico: abertura da sessão, verificação das propostas e exame de conformidade. Fase de lances. Empate/Desempate Ficto. Negociação. Fase de Habilitação. Regularização Fiscal Tardia para ME/EPP/demais beneficiados LC 123. Fase Recursal. Homologação e Adjudicação. Desconexão do Sistema. Conceitos Licitação Deserta e Licitação Fracassada.

#### 11 - SIMULAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO:

Desenvolvimento do pregão eletrônico: simulações passo a passo através das telas online de pregão eletrônico pelo sistema comprasnet / compra governamentais.

#### 12 - NOVA LEI DE LICITAÇÕES

Quem está obrigado à nova Lei e quando ela entra vigor? Quais leis foram/serão alteradas e revogadas? Aplicação concomitante do regime da Lei nº 8.666/1993 ou da nova Lei – Como proceder e escolher?

O regime de contratações das empresas estatais, da Lei nº 13.303/2016 e os impactos da nova Lei. Princípios que regem a aplicação da nova Lei. Submissão dos órgãos de controle às súmulas do TCU e respectivas repercussões. Novidades sobre conteúdo e forma do parecer jurídico. Defesa dos agentes públicos nas esferas administrativa, controladora e judicial pela advocacia pública – Condições. Formalidade dos documentos a serem apresentados nos processos de contratação – Novidades. Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) – O que é e qual sua finalidade?

#### PROFESSORES:

**Vauricio Fernandes Lima.** Presidente da Comissão de Licitação do Tribunal de Justiça do Maranhão – TJ/MA (2018-2020). Participou da equipe de implantação do Pregão Eletrônico no TJ/MA. Foi Presidente e Pregoeiro Oficial da Comissão Permanente de Licitação no Porto do Itaqui/EMAP (2007-2008). Foi Presidente da Comissão Setorial de Licitações da Secretaria de Estado da Saúde – SES/MA (2015-2016). Pregoeiro Oficial e Membro da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de São Luís (2009). Gerente de Compras do Porto do Itaqui/EMAP. No Governo Estadual, foi Supervisor Administrativo-Financeiro da Secretaria Estadual das Cidades. Exerceu, também, o cargo de Assessor Especial e Secretário Executivo da Prefeitura de São Luís. Na docência, é professor em Faculdade nos cursos de Ciências Contábeis e Administração.

**Antino Noleto.** Diretor de Administração da Assembleia Legislativa do Maranhão. Presidente Substituto da Comissão Setorial de Licitação do Porto do Itaqui – EMAP (2016). Presidente da Comissão de Licitação da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão (2018). Vice-Presidente da Comissão Setorial de Licitação da Procuradoria Geral do Estado – PGE (2007-2008). É Diretor Administrativo da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão - ALEMA. Chefe da Assessoria do Gabinete da Procuradoria Geral do Estado – PGE(2007-2008). Chefe da Assessoria Jurídica da Secretaria de Articulação e Desenvolvimento Metropolitano de São Luís – SADEM(2013-2014). Foi Controlador-Geral dos Municípios de Santa Luzia e Paco do Lumiar. É Advogado Consultor Jurídico na área do Direito Público. Sócio-diretor do escritório Noleto & Aguiar Advogados Associados.

**André Maia.** Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Assembleia Legislativa do Maranhão (Atual). Pregoeiro Oficial e Membro da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de São Luís (2013-18). Participou da equipe de implantação do Pregão Eletrônico, no ano 2014, na Prefeitura Municipal de São Luís. No ano de 2016, ficou na coordenação de todos os processos licitatórios da Secretaria Municipal de Saúde de São Luís. Assessor da Secretaria de Infraestrutura do Estado do Maranhão (2011-13). Experiência em certames como licitante através da empresa INFOTEC. Atualmente presta serviços de assessoria e consultoria em prefeituras do interior. Possui MBA em Gestão Empresarial pela FGV.

#### Material:

- Apostila impressa com todos os slides da apresentação do Professores;
- Apostila impressa com a legislação pertinente a área.
- Material com mais de 100 modelos de Editais, Termos de Referência, Contratos Administrativos, entre outros.

**Convênios:** OAB, FAMEM, CREA, CRA e CRC.

#### Contato:

E-mail: [coordenacao@institutonavigare.com.br](mailto:coordenacao@institutonavigare.com.br)  
Telefone: (98) 98451-6341 / (98) 3199-0290



Auditório - Pós Navigare

## Depoimentos dos Alunos

Comissão de Licitação, William Junior



"Vim para São Luís fazer o curso buscando me aperfeiçoar. É um ótimo curso, excelentes professores. Recomendo a quem quiser participar que é uma boa oportunidade para se qualificar na área". (William Junior, Comissão de Licitação da Prefeitura de Bacuri-MA)

Diretora de Contabilidade da prefeitura de Alcântara...



"O curso gerou um grande benefício ao trabalho que já exerço com contratos de licitação e pregões. O curso tem excelentes professores, uma excelente estrutura. Agradeço a toda equipe Navigare". (Dayane Araújo, Diretora de Contabilidade da Prefeitura de Alcântara-MA)

C.P.I.  
Fls 09

# Curso de Licitação e Formação de Pregoeiros

Dias:

- 22/Abril - 14h às 18h
- 23/Abril - 08h-12h e 14h-18h
- 24/Abril - 08h-12h e 14h-18h
- 25/Abril - 08h às 12h

Local:

Pós Navigare (SEDE)  
Av. Jerônimo de Albuquerque, Nº 22,  
Cohafuma, São Luís – MA.

**Inscrição**  
R\$ 3.500,00

Cartão de Crédito

Transferência

**Inscrição**  
R\$ 2.500,00

(Convênios OAB, CREA, CRC, CRA e Famer)

Cartão de Crédito

Transferência



Fale agora com a gente!

Fale com Consultor



## MBA LICITAÇÃO & GESTÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS



Mais Informações do MBA

### Desejo mais informações do CURSO DE LICITAÇÃO:

Onde deseja realizar o Curso? \*

Nome: \*

Email: \*

Fone: \*

Enviar

## Informações

\* Haverá emissão de Certificado com 24h/aula para os participantes do Curso.

\*\* Em caso de desistência por parte do inscrito, cuja inscrição já tenha sido paga, será feita a devolução de 80% do valor pago, sendo 20% retido a <https://www.institutonavigare.com.br/curso-licitacao>

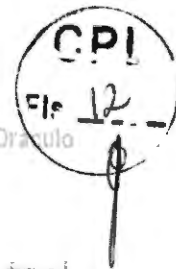
titulo de taxa administrativa.

\*\*\* Caso a turma não alcance o número mínimo de participantes, reservamo-nos o direito de cancelar o Curso, com a devolução integral das inscrições pagas em até 3 dias úteis.

Navigare (Matriz)  
Av. Derronimo de Albuquerque, Nº 22, Cohafuma. São Luís - MA, CEP. 65071-750







Inscrições abertas!

## Curso de Licitações públicas e formação de Pregoeiros.

Evento presencial, voltado para servidores públicos e empresários.

100% alinhado à legislação atual e à Nova Lei de Licitações.

Ênfase no Pregão Eletrônico por meio do Comprasnet.

40 horas de carga horária.

### Apresentação

O presente curso foi elaborado a partir das atualizações promovidas pelo recente Decreto nº 10.024/2019, que regulamenta a modalidade Pregão na forma eletrônica em âmbito federal. Apesar de se tratar de uma norma federal, o decreto também prevê que Estados e Municípios, quando receberem recursos do governo federal por meio de convênios e contratos de repasse, deverão utilizar obrigatoriamente o Pregão Eletrônico. Tal obrigação abrange atualmente todos os entes subnacionais, Estados, DF e Municípios, independente do seu porte.

Sendo assim, toma-se indispensável capacitar os servidores que atuam na área de compras, para que possam conduzir um pregão eletrônico de forma segura e eficiente, permitindo-lhes cumprir com a determinação regulamentar e, desta forma, não comprometer a prestação de contas relativas às transferências voluntárias de verbas da União.

Já a Lei nº 14.133/2021, chamada Nova Lei de Licitações e Contratos, substituirá as Leis nºs 8.666/1993, 10.520/2020 e 12.462/2011.

Embora, nos dois primeiros anos de sua vigência, sua aplicação seja facultativa por parte dos gestores públicos, o novo texto inevitavelmente se tornará a principal referência normativa em matéria de contratações públicas no Brasil, devendo ser adotado pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, tanto na administração pública direta, autárquica e fundacional, como nos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, quando no desempenho de função administrativa, bem como nos fundos especiais e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública.

Trata-se de uma norma ainda mais analítica que a Lei nº 8.666/1993, inclusive maior que esta, com mais artigos e maior nível de detalhamento. A excessiva regulamentação do procedimento licitatório da Nova Lei, que exigirá ainda maior atenção dos agentes de compras, deve-se à incorporação, a seu texto, de muitas diretrizes antes previstas em atos normativos federais secundários, editados e aplicáveis, até então, apenas à União, tais como Decretos, Portarias Instruções Normativas etc.

Como alguns exemplos de novidades trazidas pela norma, temos a extinção das modalidades Convite, Tomada de Preços e RDC; criação da modalidade Diálogo Competitivo, a possibilidade de realizar Concorrência para obras no formato eletrônico e com fase de lances; prevalência do Pregão Eletrônico para qualquer objeto enquadrado como bem ou serviço comum; validade da Ata de Registro de Preços pelo prazo de até dois anos; possibilidade de uso do SRP para obras, e também nas dispensas e inexigibilidades; criação do Portal Nacional de Compras Públicas; previsão de contrato de fornecimento e serviços contínuos por até 10 anos de vigência, dentre outras.

Isto posto, este curso também tem como objetivo apresentar aos participantes as principais novidades trazidas pela Nova Lei de Licitações e Contratos, com foco especial na condução de procedimentos licitatórios na modalidade Pregão Eletrônico.

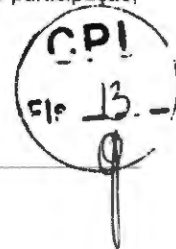
### Objetivos

Inserir o participante no contexto das licitações públicas, por meio de exposição teórica acompanhada sempre de exemplos práticos aplicáveis ao dia a dia de quem atua na área de licitações e contratos.

Ao final do curso, o participante estará apto a conduzir um Pregão Eletrônico no sistema Comprasnet, adotando todos os procedimentos necessários à divulgação do certame e à realização da sessão pública, com destaque para a operacionalização de atos relacionados à prevenção ou correção dos problemas mais frequentes ocorridos durante o Pregão.

Já o empresário saberá com incluir, por conta própria e gratuitamente, sua empresa no SICAF, no Comprasnet, bem como participar de Pregões Eletrônicos e Cotações eletrônicas por meio desse sistema.

Além do conhecimento prático, o aluno também será capaz de analisar as regras presentes no edital de licitação, compreendendo adequadamente todos os requisitos fixados no documento como, por exemplo, exigências de habilitação, condições de participação, regime preferencial para as pequenas empresas, forma de apresentação da proposta, dentre outros assuntos.



## Datas e horários

---

18 a 22 de outubro de 2021.

De segunda a sexta-feira: das 08:00h às 12:00h; das 13:30h às 17:30h.

## Carga horária

---

40 horas.

A maior carga horária do Brasil.

## Local de realização

---

Teresina (PI).

Gran Hotel Arrey  
R. Jaime da Silveira, 433  
São Cristóvão, CEP 64056-330.

## Medidas de prevenção ao Covid-19

---

O local será devidamente preparado para prevenção ao Covid-19.

Disponibilizaremos termômetro infravermelho digital na entrada das salas, máscaras cirúrgicas triplas descartáveis aos participantes, bem como álcool gel 70° INPM.

Também serão observados os protocolos locais vigentes quanto ao espaçamento entre cadeiras e lotação dos auditórios.

## Ementa

---

### Módulo I: Aspectos gerais do Pregão Eletrônico

Introdução à modalidade pregão. Breve histórico e aplicabilidade. Objetos licitáveis por pregão. Bens e serviços comuns. Serviços de engenharia. Vedações. Principais características do Pregão e diferenças procedimentais básicas em relação às demais modalidades. Diferenças procedimentais básicas entre o pregão presencial e o pregão eletrônico. Legislação aplicável ao pregão e pregão nas prefeituras. Dec. 10.024/2019. IN SEGES 206/2019. Decisões e recomendações de órgãos de controle.

### Módulo II: Fase interna e externa segundo o Decreto nº 10.024/2019

Pregoeiro e equipe de apoio: atribuições e responsabilidades. Papel da Autoridade administrativa. Responsabilidade e responsabilização pela elaboração do edital. Definição do objeto e Termo de Referência. Edital: conteúdo básico. Modelos e editais da AGU. Orçamento sigiloso. Publicação. Prazo. Contagem. Credenciamento. Sicaf. Impugnações e Esclarecimentos. Alterações no Edital. Modos de disputa. Modo de disputa aberto. Modo de disputa aberto e fechado. Intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances. Análise de conformidade em relação às propostas. Diligências. Recursos. Intenção de recurso. Decisão. Encerramento do procedimento. Homologação.

### Módulo III: Vantagens às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e Sistema de Registro de Preços

Diferimento de regularidade fiscal e trabalhista. Empate ficto. Licitação exclusiva. Cotas reservada e de ampla disputa. Subcontratação. Fundamento legal e regulamentação do SRP nos entes federativos. Definição do sistema de registro de preços. Hipóteses de utilização. Vantagens e desvantagens. Tipos de licitação. Características da licitação para registro de preços. Planejamento da contratação e o SRP. Disponibilidade orçamentária. Procedimento prévio da Intenção de Registro de Preços – IRP. Prazo. Obrigatoriedade. Análise pelo gerenciador. Consolidação do quantitativo e da pesquisa de preços. Inclusão de participante após a IRP. Órgão gerenciador, órgão participante e órgão não participante. Ata de Registro de Preços. Vigência máxima da ata. Alteração quantitativa e qualitativa do objeto registrado. Adesões de órgãos/entidades não participantes (caronas). Os órgãos de controle e a evolução do instituto (visão atual). Limites global e individual. Requisitos previstos no Decreto Federal 9.488/2018. Adesão vertical. Identidade entre o objeto registrado e aquele fornecido ao aderente.

### Módulo IV: Cadastrando a empresa no SICAF: credenciamento, inclusão e atualização de documentos

(Inclui prática no sistema)

SISG, SIASG, UASG, SICAF e Comprasnet: o que essas siglas significam e porque o empresário deve conhecê-las? Cadastro na Plataforma GOV.BR. Acessando o SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores do Governo Federal. Alerta ao empresário: golpes envolvendo o cadastramento no SICAF. Requisitos para o cadastro. Escolhendo as linhas de atuação da empresa. Documentos necessários ao cadastro e níveis de cadastramento: Nível I – Credenciamento; Nível II – Habilitação Jurídica; Nível III – Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal; Nível IV – Regularidade Fiscal Estadual e Municipal; Nível V – Qualificação Técnica; Nível VI – Qualificação Econômico-Financeira. Inserção de documentos de habilitação no sistema, e atualização de documentos. Passo a passo na operacionalização do SICAF pelo empresário. Visão geral do SICAF, acesso do fornecedor. O que o empresário consegue visualizar no SICAF? O que o pregoeiro consegue visualizar no SICAF? Consultas ao SICAF.

### Módulo V: Criando a conta da empresa no Comprasnet, conhecendo o Comprasnet Mobile e o Comprasnet

(Inclui prática no sistema)

Cadastramento da empresa no Comprasnet (Fornecedor Pessoa Jurídica). Menu do fornecedor. Dados cadastrais. Controle de usuários e senhas. Serviços disponíveis por perfil. Cotação Eletrônica. Pregão Eletrônico. RDC Eletrônico. Aviso de Licitações por e-mail. Download de Editais. Pesquisa licitações e registro das propostas iniciais. Download de editais e aviso de licitações por e-mail. Comprasnet Mobile. Menu do empresário no Comprasnet. Menu Proposta: incluir (cadastrar), excluir e consultar; Campos "Qtd. Ofertada", "Valor Unit. (R\$)", "Valor Total (R\$)", "Marca", "Fabricante", "Modelo/Versão", "Descrição Detalhada do Objeto Ofertado". Declarações obrigatórias. Anexando a proposta inicial e os documentos de habilitação. Cuidados essenciais para não ser desclassificado.

### Módulo VI: Adesão de um órgão municipal ao Comprasnet

(Inclui prática no sistema)

Sistema de Gestão de Acesso. Passo a passo, com um caso real, em sala de aula.

### Módulo VII: Como fazer pesquisa preliminar de preços

(Inclui prática no sistema)

Pesquisa preliminar de preços. Normas e jurisprudência. Fontes de pesquisa e cesta de preços aceitáveis. Cautelas na cotação de preços. Quando usar a média, a mediana e o menor preço. Fazendo pesquisa a partir do Painel de Preços do Comprasnet. Outras opções pagas e gratuitas de pesquisa de preços. Simulações práticas de pesquisas preliminares de preços.

### Módulo VIII: Pregão no Comprasnet (pelo menos 16 horas)

(Inclui prática no sistema)

Cadastramento do aviso de licitação. Cadastro de Intenção de Registro de Preços. Prática de Pregão Eletrônico segundo o Decreto nº 10.024/2019. Vinculação da equipe do pregão. Inclusão de avisos, esclarecimentos e impugnações ao Edital. Operação da sessão pública (modo aberto), Governo. Operação da sessão pública (modo aberto), Empresário. Operação da sessão pública (modo aberto e fechado), Governo. Operação da sessão pública (modo aberto e fechado), Empresário. Envio de lances e negociação na sessão pública. Consulta ao Sicafe após a etapa competitiva. Julgamento da proposta/habilitação. Etapa recursal. Adjudicação. Procedimento de cotação eletrônica

## Certificados

– Licitações públicas e formação de Pregoeiros (40 horas).

Além da carga horária, os certificados informarão o conteúdo ministrado.



Os certificados serão emitidos aos participantes que obtiverem, no mínimo, 75% de presença, e enviados por e-mail em até 48 horas após a realização do treinamento.



## Público alvo

- Pregoeiros e membros da equipe de apoio.
- Membros de Comissões de Licitação e de áreas correlatas.
- Auditores e demais servidores que atuam em órgãos de controle.
- Supervisores e gerentes de empresas fornecedoras do setor público.
- Agentes públicos que possuam responsabilidades sobre licitações e contratos administrativos.
- Estudantes universitários de Administração, Contabilidade, Direito e Economia, dentre outros.
- Dirigentes de pequenas, médias e grandes empresas com interesse em participar de licitações públicas.
- Profissionais da área de Administração Pública, Gestores, Contadores, Assessores Jurídicos, Engenheiros etc.

Este curso é voltado tanto para quem trabalha ou deseja trabalhar em órgãos públicos ou entidades da administração pública, como para empresários com interesse em contratar com a administração pública.

## Instrutores



– Prof. Msc. Nilo Cruz Neto:

Auditor Federal de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União. Auditor externo e independente (QTG/CNA/CFC). Administrador, Contador e Economista.

Doutorando em Políticas Públicas pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), em Portugal. Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão. Pós-graduado em Políticas Públicas pelo ISCTE-IUL (*Advanced Postgraduate Diploma in Public Policy*). Pós-graduado em Direito Constitucional, Administrativo e Tributário pela Universidade Estácio de Sá. Pós-graduado em Auditoria e Perícia Contábil pela UFMA.

Concluiu o curso de formação executiva sobre "Melhores práticas em contratação pública" na Universidade de Roma II (*Università degli Studi di Roma Tor Vergata*, Itália), com incursões à Consip (Central de Compras do Governo da Itália) e à *Autorità Nazionale Anticorruzione* daquele país, como parte do Ciclo Internacional de Desenvolvimento de Executivos da Administração Pública Federal, oferecido pela Escola Nacional de Administração Pública, do Ministério da Economia (ENAP/ME).

É professor da ENAP. Atuou como professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), da Universidade Estácio de Sá, da Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB) e da Faculdade JK (DF); e como instrutor da Escola de Administração Fazendária, do Ministério da Fazenda (ESAF/MF, extinta), da Escola de Governo do Maranhão (EGMA), da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão (ESMP/MA) e da Escola de Gestão Municipal da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (FAMEM).

Ministra cursos e profere palestras nas áreas de Auditoria, Controle Interno Governamental, Controle Social, Gestão Municipal, Orçamento Público, Lei de Responsabilidade Fiscal, Licitações e Contratos Administrativos, tendo formado mais de 4.000 pregoeiros por todo o Brasil. Autor do livro *Contabilidade Avançada* (ISBN nº 9788590657903).

Responsável pelo sítio [www.lrf.com.br](http://www.lrf.com.br). É membro do IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. Membro associado à ABOP – Associação Brasileira de Orçamento Público. Membro efetivo do IBDT – Instituto Brasileiro de Direito Tributário.



– Prof. Esp. Evaldo Ramos:

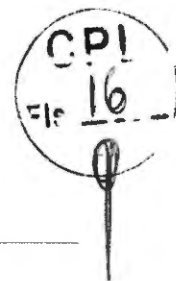
Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União em Brasília, onde já atuou como Diretor de Licitações, pregoeiro, leiloeiro e presidente de comissões especiais de licitação.

Pós-graduado em Licitações e Contratos, bacharel em Direito e Administração de Empresas.

Colaborador do Instituto Serzedello Corrêa, unidade do TCU responsável pelas ações de capacitação do órgão, e também da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), onde ministra o curso de Fundamentos de Pregão Eletrônico.

Já ministrou diversos cursos de formação e capacitação de pregoeiros pelo Brasil.

Atuou como Analista de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União, na área de Correição.



## Investimento

R\$ 3.450 por participante (até 18x no Cartão de Crédito, sendo em até 6x sem juros).

OU

R\$ 3.050 para pagamentos à vista (depósito, transferência, PIX ou ordem bancária antes do curso).

A cada 04 inscrições do mesmo órgão, empresa ou grupo, será oferecida uma vaga extra de cortesia.

O Investimento inclui:

- Almoço nos dias do evento;
- Coffee-Break nos intervalos da manhã e da tarde;
- Kit ecológico: Pasta, Bloco de Anotações, Caneta etc;
- Insumos de prevenção ao Covid-19 (máscaras e álcool 70° INPM);
- Apostila impressa contendo a apresentação do professor e a legislação pertinente.

O investimento não inclui hospedagem no hotel.

## Formas de pagamento

Mediante transferência bancária ou depósito na Conta Corrente 18.460-8, Agência 4.323-0, do Banco do Brasil, ou com o PIX 11.669.032/0001-09, com envio do comprovante para o fax (98) 3227-3075 ou para o e-mail [pagamento@institutocertame.com.br](mailto:pagamento@institutocertame.com.br). Favorecido: A B XAVIER TREINAMENTOS. CNPJ 11.669.032/0001-09.

Utilizando o seu Cartão de Crédito, através do PagSeguro, num processo rápido que não exige cadastro. Você poderá utilizar uma das opções abaixo, e ainda parcelar a sua inscrição em até 18x (até 6x sem juros):



Para efetuar a pré-inscrição, favor preencher o formulário ao final desta página e clicar em "Enviar". Em seguida, logo abaixo, aparecerão as instruções de pagamento. Para pagar com cartão de crédito pelo PagSeguro, basta, após o preenchimento do formulário, clicar no botão "Pagar com PagSeguro" e outra janela será aberta para iniciar a operação. Assim que o pagamento for autorizado, será encaminhado um e-mail do PagSeguro confirmando a transação, e um e-mail do Instituto Certame confirmando a sua inscrição.

Observação 1:

A única forma disponível de pagamento parcelado é via PagSeguro, com cartão de crédito.

Observação 2:

Antes de emitir o empenho ou efetuar o pagamento, órgãos públicos devem informar, através do e-mail [pagamento@institutocertame.com.br](mailto:pagamento@institutocertame.com.br), a quantidade de inscrições e os dados do órgão (razão social, CNPJ, endereço com CEP, telefone e e-mail).

## Justificativa da contratação para órgãos públicos

A contratação de treinamento por Pessoa Jurídica de Direito Público poderá ocorrer com base no permissivo do art. 24, II (Dispensa de Licitação para despesas de pequeno vulto, até o limite de R\$ 17.600) e (ou) no disposto no art. 25 (Inexigibilidade de Licitação), ambos da Lei nº 8.666/1993:

Considere que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem como a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/1993. (Decisão TCU nº 439/1998 – Plenário).

Contrata-se por inexigibilidade de licitação com fundamento no art. 25, caput ou inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, pessoas naturais e jurídicas para ministrar cursos fechados para treinamento e aperfeiçoamento de pessoal ou a inscrição em cursos abertos. (Orientação Normativa AGU nº 18)

(Minuta de Parecer Jurídico) Poderá ser adaptada de acordo com o órgão público contratante.

(Certidões Negativas e Documentos para a emissão da Nota de Empenho)



## 9 motivos para você fazer este curso!

Garanta um emprego! Só nas prefeituras do Brasil, são pelo menos 5.563 vagas para pregoeiros e 16.689 vagas para membros de CPL, além das vagas das câmaras municipais, e dos órgãos estaduais e federais.

Atualize-se! O Pregão Eletrônico já é uma realidade e quem não dominar essa modalidade vai ficar para trás.

Muitas empresas desejam firmar contratos com o setor público, mas deixam de fazê-lo por absoluta falta de conhecimento. Algumas sequer participam de licitações; outras não vencem a disputa porque desconhecem o procedimento. Acabam, com isso, perdendo uma excelente oportunidade de ampliar seus mercados e maximizar seus lucros. Aprenda Licitações e forneça para o Governo!

Dois super-professores, com sólida formação acadêmica, experiência prática e excelente didática.

A melhor relação custo-benefício do mercado, considerando a carga horária do curso, valor de inscrição, facilidade de pagamento e certificados emitidos.

Curso prático, com exemplos do cotidiano.

Conteúdo objetivo e completo, com abordagem jurisprudencial: damos ênfase às interpretações do STF, STJ, Tribunais Regionais Federais, Tribunais de Justiça e Tribunais de Contas, especialmente do TCU. Assim você terá maior segurança ao realizar ou participar de procedimentos licitatórios e ao firmar contratos administrativos.

Grande parte das ações de improbidade administrativa e das irregularidades detectadas pelos Tribunais de Contas decorrem de problemas em processos licitatórios ou nas contratações feitas, responsabilizando os membros da comissão de licitação, ou o pregoeiro e os membros da equipe de apoio, além do gestor máximo do órgão (prefeito, por exemplo). Evite que isso ocorra com você!

Identifique problemas em processos licitatórios: no decorrer do curso você aprenderá a identificar falhas formais, procedimentos vedados, cláusulas restritivas ao caráter competitivo, conluio entre empresas, sobrepreço no valor do contrato, dentre outras irregularidades.

## Observações complementares

Este curso insere-se no conceito de Curso Livre, objetivando a formação continuada e a qualificação profissional, conforme o previsto no art. 39, §2º, I, da Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/1996), e nos arts. 1º, I e 3º Decreto Federal nº 5.154/2004.

## Cancelamentos e substituições

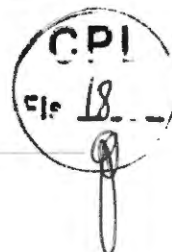
A substituição do inscrito deverá ser preferencialmente comunicada até o segundo dia que antecede ao evento.

Não haverá restituição ao interessado que não cancelar previamente sua participação e não comparecer ao curso, sendo devido ao Instituto Certame o valor integral da inscrição paga.

Em caso de cancelamento por parte do interessado cuja inscrição já tenha sido paga, se a comunicação de desistência ocorrer dentro de 5 dias antes do curso, será feita a devolução imediata de 80% do valor pago, sendo 20% devido ao Instituto Certame a título de ressarcimento por despesas administrativas e operacionais geradas pelo interessado.

O cancelamento da inscrição deve ser feito preferencialmente até o 6º dia que antecede ao início do curso, caso em que haverá imediata e integral devolução do valor da inscrição paga.

No caso de cancelamentos e transferências que ocorram por parte do Instituto Certame, que impossibilitem a participação no evento, a devolução do valor será feita imediata e integralmente. Caso a turma não alcance o número mínimo de participantes, o Instituto Certame reserva-se ao direito de cancelar este curso e devolver imediata e integralmente o valor das inscrições pagas.



## Informações e dúvidas

contato@institutocertame.com.br

Fone: (98) 4141-3077

Celular: (98) 98893-3075

Fax: (98) 3227-3075

## Inscreva-se agora (Vagas limitadas!)

Preencha o formulário e clique em enviar. Após o envio, logo abaixo, aparecerão as instruções de pagamento, inclusive o botão do PagSeguro, caso queira pagar com Cartão de Crédito.

Não fazemos reserva de vagas e as inscrições são confirmadas na ordem cronológica dos pagamentos efetuados. Garanta a sua vaga!

Nome completo \*

Órgão/empresa

CPF \*

CNPJ

Endereço \*

Endereço

Cidade \*

Cargo

UF \*

Telefone

CEP \*

Fax

Telefone \*

E-mail

Fax

\* Campos Obrigatórios

E-mail \*

Enviar

[Institucional](#)

[Cursos Abertos](#)

[In Company](#)

[Dados Legais](#)

[Clientes](#)

[Oráculo](#)

[Fale Conosco](#)

**CURSO CONTRATAÇÕES PÚBLICAS E A NOVA LEI DE LICITAÇÕES**  
**PERÍODO DE REALIZAÇÃO**  
**21 A 23/OUTUBRO/2021**



**PROPOSTA COMERCIAL**

## **PROPOSTA COMERCIAL**

À Prefeitura Municipal de João Lisboa

CNPJ 07.000.300/0001-10 . Endereço: AV Imperatriz, 1331. - Centro

CEP: 65.922-000

Prezados Senhores,

Encaminhamos a proposta para a realização de seis (06) inscrições dos servidores deste município no **Curso Contratações Públicas e a Nova Lei de Licitações** que será realizado entre os dias 21 a 23 de outubro de 2021 pelo Instituto Estratégia, com carga horária de 20H. O valor unitário, por participante é de: R\$ 1.870,00 (mil oitocentos e setenta reais) e o valor global da proposta em R\$ 11.220,00 (onze mil, duzentos e vinte reais reais).

## **PAGAMENTO**

O pagamento das inscrições deverá ser efetuado em nome de ESTRATEGIA DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA.

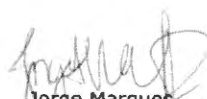
CNPJ. 39.972.842/0001-40

Envio de Nota de Empenho/Ordem de Serviço ou Autorização de Fornecimento, com posterior pagamento na seguinte conta bancária:

**Caixa Econômica Federal- Ag. 3958 0003 c/c 00003617-1**

**chave PIX:39972842000140**

São Luís/MA, 28 de setembro de 2021

  
Jorge Marques  
Diretor Administrativo  
CRA-MA-CFA 5166





Curso

# Contratações Públicas e a Nova Lei de Licitações

(principais inovações da Lei 14.133/2021)

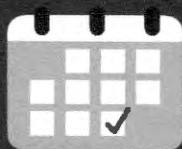
## O Curso

*O novo marco regulatório das contratações públicas trouxe profundas alterações na condução dos processos licitatórios, em especial quanto ao planejamento, julgamento, fiscalização e execução dos contratos. Em função disso, este curso foi concebido para propiciar, tanto ao gestor quanto aos técnicos e assessores, uma visão ampliada dos princípios e procedimentos introduzidos pela lei 14.1333/2021, assim como as regras de transição entre a antiga e ainda vigente Lei 8.666/93. Dessa feita, esta capacitação foi baseada na mais moderna metodologia de controle público sendo realizada em formato de oficina com resolução dos problemas, sendo ministrada para grupos reduzidos de profissionais com orientação individualizada. Análise e solução das situações que interferem na condução do processo de compras públicas.*

## Programação



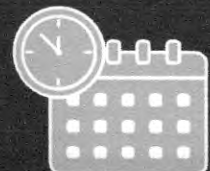
Local  
Imperatriz/MA



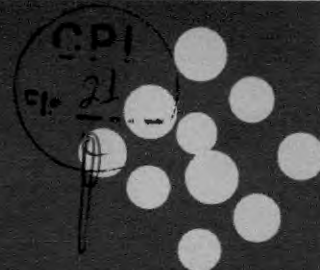
Período  
21 e 23/10/2021



Carga Horária \*20H  
(16h ao vivo+4h online)



Manhã 09/12h  
Tarde 15h/18h



# Público alvo

*Este curso destina-se à efetiva capacitação, técnica e jurídica dos agentes públicos e dos profissionais envolvidos na condução do processo licitatório e, é recomendado, em especial, para Presidentes e Membros de Comissões de Licitação, Pregoeiros; Assessores Técnicos e Jurídicos; Ordenadores de despesa, com destaque para os que necessitam de informações atualizadas em relação às recentes alterações ocorridas na legislação estadual e de controle externo que regem o tema*

# Formato do Curso

Treinamentos em formato de oficina com resolução de problemas; com orientação individualizada; Análise e solução das situações que interferem na condução do processo.

**\*\*Sistema de aulas híbrido com professores ao vivo e online**

# Protocolos Sanitários

**Todos os participantes deverão se submeter aos seguintes protocolos sanitários:**



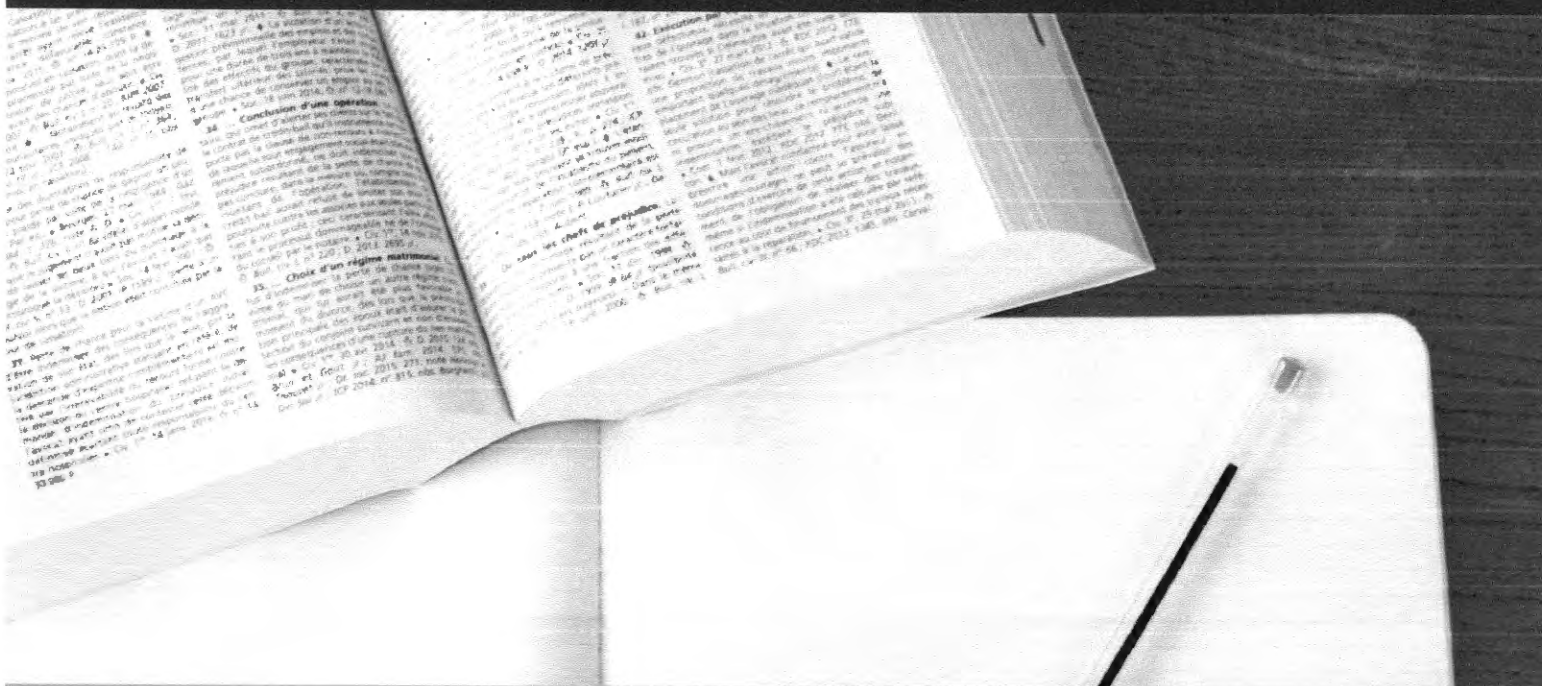
Utilização de álcool gel, manutenção do limite de distanciamento social e uso de máscaras de proteção conforme determinado pelo decreto nº 35.746/2020



Para Oficinas no formato semipresencial será distribuído aos participantes kit individuais com caneta, álcool gel 70% e máscara descartável

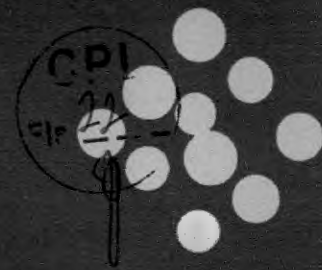


As aulas serão ministradas em grupos reduzidos e obedecendo todo o protocolo de distanciamento e uso de equipamentos de segurança





# Destques



- ✓ Aspectos essenciais da formalização do Processo Licitatório
- ✓ A Lei 8.666/93 e o novo marco legal das contratações públicas, Lei 14.133/2021 (principais inovações)
- ✓ Pesquisa de Preços e elaboração de Termo de Referência
- ✓ Fiscalização dos contratos administrativos
- ✓ O que muda no SACOP com a implementação do PNL (Portal Nacional de Licitações)
- ✓ Controle e fiscalização das Contratações no regime antigo e segundo a nova Lei de Licitações

## Nossos Monitores



Wherbeth Sousa

Chefe da Coordenadoria de Licitações e Contratos do TJMA; Chefe da Seção de Gestão de Contratos do TRE/MA ; Presidente da Comissão Permanente de Apoio à Gestão de Contratos de Serviços Continuados do /TRE-MA



Jorge Lobo

Auditor do TCE/MA com 20 anos de experiência em fiscalização e auditoria pública. É Membro efetivo do IMDAM, instrutor e palestrante nas áreas de Licitações, fiscalização de Contratos e Convênios, Auditoria, Licitações Sustentáveis, Transparência e, Controle Interno.



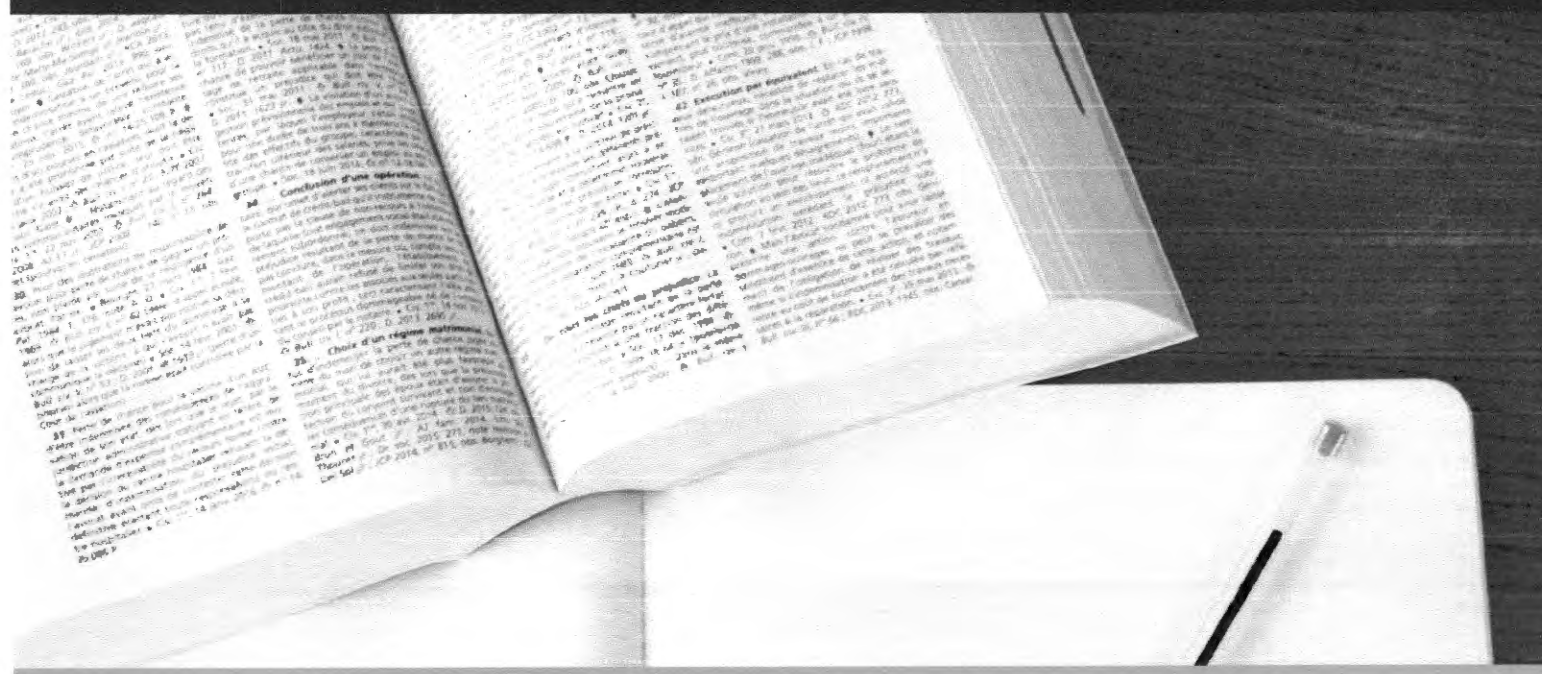
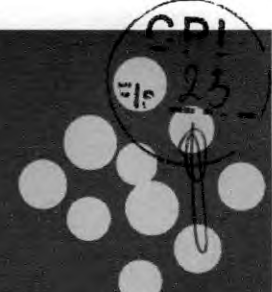
# Agenda

## Módulo I (16H) – Professor Wherbeth Sousa

Princípios que regem a Administração Pública; Princípios Basilares da Licitação; A Lei 8.666/93 e o novo marco legal das contratações públicas, Lei 14.133/2021 (principais inovações); Processo de Contratação: A concepção do processo licitatório; Pressupostos; Modalidades; Modalidades clássicas; Publicidade. Tipos de Licitação e Regimes de Execução: Tipos; Regimes; O Edital; Exigências da Lei nº 8.666/93 para os Instrumentos convocatórios; Conceito e terminologia; Princípios da Licitação e sua aplicação prática na produção dos editais; Importância dos aspectos redacionais; Análise, interpretação e aplicação do art. 40 da Lei 8.666/93 na elaboração dos editais; Aspectos relevantes para a formulação do objeto e das condições de habilitação. Jurisprudência dos tribunais; Habilitação; Proposta e Julgamento; Impugnação do edital e pedidos de esclarecimentos; Publicidade dos editais. Dispensa de Licitação; Inexigibilidade de Licitação; Formalização; Desvios; Chamamento Público e Credenciamento; SRP - Base Legal; Planejamento e Estruturação; Características e Vantagens; Órgãos Gerenciadores, Órgãos Participantes; Ata de Registro de Preços e Adesão ("carona"); Contratação e Controle; Revisão, Reajuste e Acréscimos; Cancelamento e Penalidades; Pregão presencial; Atos finais da fase externa do pregão presencial; Pregão eletrônico; Características e obrigatoriedade de usar pregão eletrônico; Instrumentos de Contratação - Obrigatoriedade; Cláusulas essenciais Prazo; Pagamento; Alteração Contratual; Recomposição da Equação Econômico-Financeira; Reajuste; Fiscalização dos contratos; Esclarecimentos de dúvidas. Responsabilidade da Comissão de Licitação; Responsabilidade do Pregoeiro; Fiscal de Contratos: competências, atribuições e rotinas de fiscalização.

## Módulo II (\*04H) – Professor Jorge Lobo (on-line)

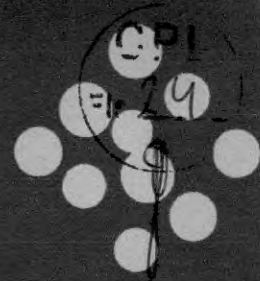
Controle Externo: Julgamento das contas pelo TCE; Parecer Prévio do Tribunal de Contas; Ministério Público: Controle de legalidade e Lei de Acesso à Informação - LAI; Conselhos municipais e Controle Social: Parecer dos conselhos municipais; Portal da Transparência: Regulamentação (Lei 101/2000, art.48; 48A e 73ª; e Lei Complementar Nº 178/2021); Responsáveis e responsabilizações: Processo Administrativo Junto ao TCE; Ação de improbidade Administrativa movida pelo Ministério Público. Sistemas de Fiscalização do Tribunal de Contas SACOP; SICONF/FINGER, SINC; Gestão Fiscal: RREO/RGF, Atendimento aos limites de Gastos Constitucionais Obrigatórios (FUNDEB/MDE, SAÚDE e EDUCAÇÃO);





# Investimento

Inscrição: R\$ 1.870,00 por participante



## Benefícios



## Pagamento

O pagamento das inscrições deverá ser efetuado em nome de ESTRATEGIA DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA, CNPJ 39.972.842/0001-40, na seguinte conta bancária: Caixa Econômica Federal - Ag. 3958 0003 c/c 00003617-1

Pague com Pix



Chave Pix

39972842000140

### Condições Gerais.

1. O certificado será emitido e enviado em até 02 dias após a última aula online (webinário). 2. Para emissão do certificado será verificada a frequência de no mínimo 75% de participação pelo acesso de login e senha individualizados no sistema por inscrição/aluno; 3. Após a confirmação do pagamento o inscrito receberá uma senha individual e não compartilhável de acesso à sala virtual com direito a um único acesso por aula; 4. É vedada a captação de som ou imagem das aulas, bem como o seu compartilhamento por qualquer meio ou mídia; 5. O Instituto Estratégia reserva-se o direito de cancelar unilateralmente a realização do curso ou, ainda, reagendar data/horários de realização, comprometendo-se a informar antecipadamente os inscritos, o que não caracterizará infração administrativa ou civil, ficando isenta de qualquer sanção, indenização ou reparação (material e moral); 6. Para inscrição por empenho solicitar dados bancários e documentação pelo e-mail: [estrategia.inst@gmail.com](mailto:estrategia.inst@gmail.com)

## Informações e Inscrições

 [www.institutoestrategia.com.br](http://www.institutoestrategia.com.br)

[estrategia.inst@gmail.com](mailto:estrategia.inst@gmail.com)

 98 82454107

 (98) 3014-4107

redes sociais



@instituto\_estrategia



instituto estrategia



**ZÊNITE  
ONLINE**

100% ONLINE E AO VIVO!

# O QUE MUDA COM A NOVA LEI Nº 14.133/2021?

**CURSO 2 - NOVOS TEMAS  
sobre as principais alterações  
nas licitações e contratos**

**18 A 22 / OUTUBRO / 2021**

## **O Curso**

A nova Lei de Licitações, Lei nº 14.133/2021, está em vigor!

Trata-se de um novo marco legal das licitações e dos contratos. São muitas e profundas alterações, originando novas polêmicas e várias controvérsias.

Para a segunda edição deste curso, selecionamos novos assuntos relacionados com o planejamento, o julgamento e a fase contratual, com destaque para as principais novidades e mudanças. Se você já participou da primeira edição, continuamos as reflexões. Se você não teve essa oportunidade, não tem problema. Começamos explorando esses assuntos e, em outras capacitações, seguimos discutindo e estudando o novo regime de licitações e contratos.

Mais do que nunca, conte com a Zênite ao seu lado! Estamos juntos na capacitação e formação dos servidores responsáveis pelas contratações e na produção de informações e conteúdos seguros para a interpretação e a aplicação da nova Lei de Licitações e Contratos.





CPI  
Fls 26

## Importante

São reiterados os acórdãos do TCU que determinam a obrigação da Administração de instituir plano contínuo para capacitação e atualização dos servidores que atuam na área de licitações e contratos. Nesse sentido, o TCU determinou a “adoção de programa continuado de treinamentos dos profissionais que atuam na área e em outras unidades correlatas, inclusive quanto ao correto uso dos sistemas operacionais aplicáveis;” (Acórdão nº 1.007/2018 – Plenário).

[Clique e confira vários precedentes sobre o tema.](#)

## Programação:

 <b>DATA DE REALIZAÇÃO</b> 18 a 22 OUTUBRO 2 0 2 1	 <b>CARGA HORÁRIA</b> 20 horas	 <b>HORÁRIOS</b> 14h às 18h As aulas terão duração diária de quatro horas, e será destinado um tempo para as perguntas.	 <b>REPLAY</b> As aulas poderão ser assistidas por até 7 dias após sua realização.
---	---	--	---

## Esta capacitação permitirá a você:

- Conhecer a nova Lei para aplicar de forma segura o novo regime das contratações públicas.
- Dominar polêmicas e controvérsias relacionadas ao planejamento e julgamento das licitações e à execução dos contratos administrativos.
- Discutir os entendimentos do TCU e do Judiciário que podem guiar a interpretação e a aplicação da nova Lei.
- Compreender as novidades e as alterações nas licitações e nos contratos com grandes especialistas no assunto.

## Quem deve participar?

**Pregoeiros e equipe de apoio, membros do departamento de compras, agentes de contratação, fiscais e gestores de contratos, assessores e procuradores jurídicos, advogados, auditores, profissionais dos controles interno e externo e demais agentes públicos envolvidos nas contratações públicas.**

## Destaques do conteúdo

- Convivência dos regimes da Lei nº 8.666/1993 e da Lei nº 14.133/2021
- Agentes responsáveis e vedações
- Impedimentos aos licitantes e contratados
- Processo eletrônico
- Publicidade do edital, dos contratos e dos aditamentos
- Sistema de Registro de Preços (SRP)
- Credenciamento
- Valor estimado da contratação e a pesquisa de preços
- Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI)
- Especificidades das contratações de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra
- Especificidades das contratações de obras e serviços de engenharia e a matriz de alocação de riscos

## Os Professores



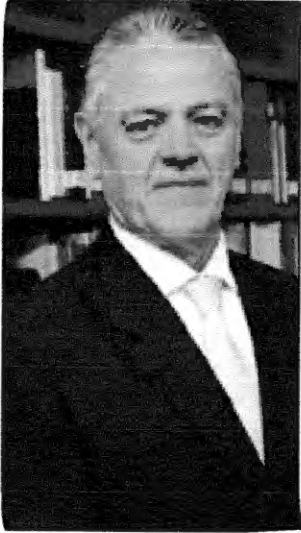
### Anadriacea Vicente de Almeida

Advogada, consultora jurídica e palestrante na área de licitações e contratos. Especialista em Direito Administrativo pela Faculdade de Direito de Curitiba e MBA em Gestão Estratégica de Empresas pela ISAE/FGV. Vice-Presidente Executiva da Zênite. Integrante da Supervisão do Serviço de Consultoria Zênite e da Equipe de Coordenação Editorial das soluções eletrônicas Zênite. Autora de diversos artigos jurídicos.



### Cláudio Sarian Altounian

Engenheiro civil. Bacharel em Direito. Pós-graduado em Administração de Empresas e em Auditoria de Obras Públicas. Professor e palestrante nas áreas de obras públicas, meio ambiente, governança e gestão. Autor do livro *Obras públicas: licitação, contratação, fiscalização e utilização* (5. ed., Fórum, 2016); e coautor dos livros *RDC na prática e a contratação integrada* (2. ed., Fórum, 2015); *Governança pública, o desafio do Brasil*, (3. ed., Fórum, 2018); e *Gestão e governança pública para resultados* (Fórum, 2017). Servidor do TCU, tendo desempenhado funções de direção por 18 anos. Atuou como titular da Secretaria de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União (Secob), da Secretaria de Planejamento e Gestão, da 7ª Secretaria de Controle Externo e da Assessoria Parlamentar do TCU. Foi coordenador, no âmbito do TCU, de grupos responsáveis pela elaboração do *Manual de tomada e prestação de contas anuais*, do *Manual de tomada de contas especial*, e de *Metodologia para apuração de sobrepreço em obras públicas*. Atuou como engenheiro responsável pelo planejamento, orçamento e execução de prédios residenciais, *shoppings centers* e obras industriais e rodoviárias.



### Edgar Guimarães

Advogado com pós-doutorado em Direito pela Università del Salento (Itália). Doutor e mestre em Direito Administrativo pela PUC/SP. Bacharel em Ciências Econômicas pela FESP/PR. Professor de Licitação nos cursos de pós-graduação do Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar e da Universidade Positivo. Consultor Jurídico (aposentado) do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Presidente do Instituto Paranaense de Direito Administrativo. Membro do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo, do Instituto dos Advogados do Paraná e do Conselho Científico do Instituto Romeu Felipe Bacellar. Árbitro da Câmara de Arbitragem e Mediação da FIEP/PR. Conselheiro da OAB/PR. Autor dos livros *Controle das licitações públicas; Contratação direta: comentários às hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação; e Responsabilidade da Administração Pública pelo desfazimento da licitação*. Coautor dos livros *Cenários do direito administrativo; Concurso público e Constituição; Pregão presencial e eletrônico; Licitações e o Estatuto da Pequena e Microempresa: reflexos práticos da LC nº 123/06; Registro de preços: aspectos práticos e jurídicos; Comentários ao Sistema Legal Brasileiro de Licitações e Contratos Administrativos; e Lei das Estatais: comentários ao regime jurídico licitatório e contratual da Lei nº 13.303/2016*. Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4279678597567440>.



### José Anacleto Abduch Santos

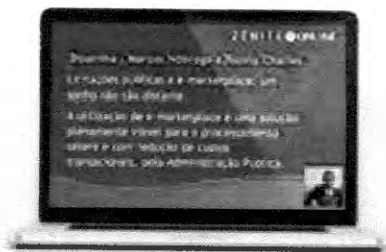
Procurador do Estado do Paraná. Advogado especialista em contratações públicas. Mestre e doutor em Direito Administrativo pela UFPR. Professor de Direito Administrativo do Centro Universitário Curitiba (Unicuritiba); professor e coordenador do Curso de Especialização em Licitações e Contratos Administrativos da UniBrasil; professor de cursos de pós-graduação, treinamentos e eventos nas áreas de licitações e contratos administrativos, contratações públicas sustentáveis, microempresa e empresa de pequeno porte, concessões de serviços públicos e parcerias público-privadas. Exerceu cargos e funções de Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Estado do Paraná; Procurador-Geral do Estado Substituto; Coordenador do Curso de Graduação em Administração Pública da UniBrasil, Presidente dos Conselhos de Administração e Fiscal da Parana Previdência; e Presidente de Comissões Especiais e Permanentes de Licitação no Estado do Paraná. Membro das Comissões de Gestão Pública e Infraestrutura da OAB/PR e da Comissão Especial de Direito Administrativo da OAB Federal. Autor das obras *Contratos administrativos: formação e controle interno da execução – com particularidades dos contratos de obras e serviços de engenharia e prestação de serviços terceirizados; Contratos de concessão de serviços públicos: equilíbrio econômico-financeiro; e Licitações e o Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte*. Coautor das obras *Comentários à Lei nº 12.846/2013. Lei Anticorrupção; e Lei das Estatais: comentários ao regime jurídico licitatório e contratual da Lei nº 13.303/2016*. Autor de artigos técnicos sobre licitações e contratos administrativos publicados em revistas especializadas. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5637223172703835>.



### Ricardo Alexandre Sampaio

Advogado. Consultor na área de licitações e contratos. Foi Diretor Técnico da Consultoria Zênite. Integrante da Equipe de Redação das Soluções Zênite e da Equipe de Consultores Zênite. Colaborador da obra *Lei de licitações e contratos anotada* (6. ed. Zênite, 2005). Autor de diversos artigos jurídicos.





CPI  
Fls 29

## Requisitos técnicos recomendados:

Para o bom o funcionamento da plataforma, recomendamos as seguintes especificações técnicas mínimas:

**Computador:** Processador i3 3Ghz Dual Core / 4Gb RAM / Internet de 10mbps (de preferência por cabo)

**Browser:** Utilizar o Google Chrome, preferencialmente

**Banda ideal:** Inbound participante: 3 mbps

A transmissão dos cursos ocorre dentro do ambiente da Zênite ([www.zeniteonline.com.br](http://www.zeniteonline.com.br)). Para acessar a plataforma do curso e os conteúdos disponibilizados, é necessário que, em sua rede (privativa ou corporativa), esteja liberada a reprodução de mídias *streaming* e permitido o acesso aos domínios: <https://zeniteonline.com.br>; \*.pluz.app; \*.clickmeeting.com; <https://player.vimeo.com>; \*.vimeo.com; \*.vimeocdn.com; \*.magisto.com; \*.akamaized.net; \*.cloudfront.net.

**IMPORTANTE:** Se essas especificações não forem atendidas, a qualidade do recebimento da transmissão do curso (áudio e vídeo) poderá ficar prejudicada.

## PROGRAMA

### Aula 1 – Professor: José Anacleto Abduch Santos

Dia 18 de outubro, das 14h às 18h

#### CONVIVÊNCIA DOS REGIMES, AGENTES RESPONSÁVEIS E VEDAÇÕES, IMPEDIMENTOS

- 01 É possível escolher entre aplicar o regime atual e o da nova Lei? Essa escolha ocorre a cada contratação? Por quanto tempo haverá dois regimes sendo aplicados? Quais os cuidados na convivência entre os dois regimes? Quais leis foram revogadas?
- 02 A nova Lei reporta-se várias vezes à edição de regulamentos sobre vários assuntos. Em todos esses casos, a matéria tem eficácia limitada, dependente de regulamento, para ser aplicada? Qual a importância desses regulamentos para estados e municípios?
- 03 Com o lançamento do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em 9 de agosto último, em linhas gerais, quais os efeitos para as publicações e a aplicação da Lei nº 14.133/2021?



- 04 De acordo com a nova Lei, quais requisitos devem ser preenchidos para a designação dos agentes que desempenharão as funções previstas na nova Lei? Se a Administração não dispuser de um servidor efetivo em seu quadro com experiência e conhecimento para exercer a função de agente de contratação, como deve proceder?
- 05 Essas condições aplicam-se ao integrante do órgão de assessoramento jurídico e de controle interno?
- 06 Quais contratações são conduzidas por agente de contratação, por pregoeiro, por comissão de contratação e por banca específica? O agente de contratação pode ser também pregoeiro? Quais as atribuições da equipe de apoio?
- 07 Quais as vedações e os impedimentos expressamente previstos para os agentes públicos que atuam nas licitações e nos contratos?
- 08 Sobre os impedimentos das pessoas físicas ou de empresas em disputar licitação ou participar da execução do contrato, pergunta-se:
  - a. Quais licitantes e empresas estão impedidas? Esses impedimentos aplicam-se às contratações diretas?
  - b. De que forma e em que momento do procedimento esses impedimentos devem ser aferidos?
  - c. Uma novidade importante é a desconsideração da personalidade jurídica. Em que condições pode ser invocada e quais cautelas devem ser observadas? Quais precedentes do Judiciário e do TCU sobre esse tema?
  - d. Em quais atividades os autores dos projetos podem atuar?

## Aula 2 – Professor: Ricardo Alexandre Sampaio

Dia 19 de outubro, das 14h às 18h

### PROCESSO ELETRÔNICO, PUBLICIDADE, ETP E SRP

- 09 Vários dispositivos da nova Lei enfatizam a preferência por procedimento eletrônico. Qual a extensão dessa exigência e como ela se aplica especialmente aos municípios que ainda priorizam os procedimentos presenciais? Qual o prazo para adaptação à nova realidade digital? Mesmo para os procedimentos presenciais, a nova Lei trouxe novidades para a realização das sessões de julgamento. Quais?
- 10 De acordo com a nova Lei: a) como ocorre a prova de autenticidade de documentos; b) quando pode ser exigido o reconhecimento de firma; c) pode ser exigida, em edital, a assinatura por certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil)?
- 11 Segundo a nova Lei, quais os meios e os prazos de publicidade do edital e dos anexos, dos contratos e de seus aditamentos?
- 12 É possível a recepção do Decreto nº 7.892/2013 enquanto não editado novo regulamento?
- 13 Quando é possível a contratar por SRP? Foi replicada a regra do Decreto nº 7.892/2013 com relação ao cabimento do SRP?
- 14 É possível a contratação de obras e serviços de engenharia por SRP? Em que casos e quais os cuidados?

- 15 Quais os cuidados da fase preparatória e de planejamento para contratar por SRP? Qual a importância do estudo técnico preliminar (ETP)?
- 16 Quais regras específicas devem ser previstas no edital de licitação para SRP?
- 17 É possível formalizar SRP por dispensa e inexigibilidade? Sob qual fundamento e em qual hipótese?
- 18 Qual a modalidade e o critério de julgamento para a contratação por SRP? Quais as condições para cogitar a adoção do menor preço por grupo de itens? Nesse caso, quais os cuidados previstos para a contratação posterior de um item específico?
- 19 A nova Lei prevê a intenção de registro de preços?
- 20 A nova Lei prevê a possibilidade de uma mesma ata ser compartilhada por vários órgãos e entidades, como participantes e não participantes ("caronas")? Quais as condições, as vedações e os limites previstos no caso de adesão à ata por não participantes? Quais casos não estão sujeitos aos limites de adesão?
- 21 A ata pode ser prorrogada? Qual o prazo máximo?

### **Aula 3 – Professor: Edgar Guimarães**

Dia 20 de outubro, das 14h às 18h

#### **CRENCIAMENTO, PESQUISA DE PREÇOS E PMI**

- 22 A nova Lei tem disciplina expressa sobre credenciamento. Em que casos é cabível? Quais exemplos práticos das hipóteses e do cabimento de credenciamento de acordo com a nova Lei?
- 23 O que deve ser entendido por "mercados fluidos", expressão prevista no art. 79 da nova Lei?
- 24 Até a edição do regulamento, pode ser realizado credenciamento com base na nova Lei e na disciplina do edital? Se positivo, quais os cuidados na elaboração do edital?
- 25 No credenciamento, em que casos a Administração deve definir o valor da contratação e em que casos deve basear-se em cotações de mercado no momento da contratação? Como funcionam essas situações?
- 26 Sobre a estimativa do valor da contratação e pesquisa de preços na nova Lei, bem como as novidades previstas na IN nº 65/2021, pergunta-se:
  - a. O que deve ser considerado na comparação dos preços no momento da realização da pesquisa?
  - b. Quais as fontes/parâmetros de pesquisa, o prazo da pesquisa e o número de orçamentos que devem instruir o processo? Podem ser combinados?
  - c. Uma novidade quanto aos parâmetros é a pesquisa na Base Nacional de Notas Fiscais Eletrônicas. O que é essa base e qual a previsão da nova Lei?
  - d. Quais as metodologias para a definição de preços estimado e máximo? O que é "melhor preço aferido", de acordo com o § 1º do art. 23 da nova Lei?
  - e. Conforme a nova Lei, o critério de aceitabilidade de preços para fins de julgamento pode ser o preço estimado ou o preço máximo?

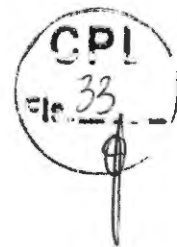
- f. Qual a orientação específica para a pesquisa de preços nos processos de dispensa e de inexigibilidade de licitação?
  - g. Quais recomendações diante de grandes variações na cesta de preços pesquisadas? Quais as orientações reiteradas do TCU sobre esse tema?
  - h. O que são sobrepreço e superfaturamento?
  - i. Segundo a nova Lei, o orçamento pode ou deve ser sigiloso? O que deve sempre ser divulgado no edital? Até que momento do procedimento o orçamento permanecerá sigiloso? Como conduzir a negociação no caso de orçamento sigiloso?
- 27 Os contratos originários de um credenciamento devem ser fiscalizados?
- 28 O que é procedimento de manifestação de interesse (PMI)? Quando é cabível? Que regras e procedimentos devem ser observados? Como ocorre a seleção final? A Administração Pública é obrigada a instaurar uma licitação após a conclusão do PMI?

## **Aula 4 – Professora: Anadriça Vicente de Almeida**

Dia 21 de outubro, das 14h às 18h

### **ESPECIFICIDADES DAS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA**

- 29 Em linhas gerais, quais as principais novidades na nova Lei quanto à terceirização de serviços contínuos?
- 30 Como se caracteriza o modelo de execução contratual dos serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra?
- 31 O Decreto nº 9.507/2019 e a IN nº 05/2017 podem ser recepcionados pela nova Lei até a edição de novos normativos?
- 32 Quais os limites à terceirização previstos na nova Lei?
- 33 De acordo com a nova Lei, quais documentos podem ser exigidos para o cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato?
- 34 A nova Lei previu medidas a serem adotadas para assegurar o cumprimento das obrigações trabalhistas pelo contratado, entre elas: retenção de pagamento; adoção de conta vinculada e pagamento pelo fato gerador; pagamento direto aos empregados das verbas trabalhistas. Quais os pontos de destaque dessas medidas?
- 35 Na nova Lei, existem regras que, mesmo previstas em convenção coletiva, não vinculam a Administração à condição de tomadora do serviço? Quais são essas regras e por que não obrigam a Administração?
- 36 Qual é a forma de reajustamento dos contratos de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra? É possível prever a repactuação da parcela mão de obra e o reajuste por índice para materiais e insumos ou ambas as parcelas devem ser repactuadas?
- 37 Está prevista a preclusão ao direito da repactuação com a prorrogação do contrato?
- 38 Qual o prazo máximo inicial dos serviços contínuos e das prorrogações?



## Aula 5 – Professor: Cláudio Sarian Altounian

Dia 22 de outubro, das 14h às 18h

### ESPECIFICIDADES DAS CONTRATAÇÕES DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA E A MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS

- 39 Em linhas gerais, quais as principais novidades da nova Lei quanto à contratação de obras e serviços de engenharia?
- 40 Qual a diferença entre obra e serviço de engenharia, bem como entre serviços comuns e especiais de engenharia?
- 41 Quais as orientações específicas da nova Lei para a realização de estimativas de preços em obras e serviços de engenharia? Quais as peculiaridades dos regimes de contratação integrada e semi-integrada?
- 42 Qual a modalidade de licitação cabível para a contratação de obras e serviços de engenharia? É possível a adoção do pregão?
- 43 Quais os regimes de execução, suas diferenças e suas hipóteses de cabimento? Algum desses regimes é cabível apenas para obras e serviços de engenharia?
- 44 O licenciamento ambiental e a desapropriação podem ser responsabilidade do contratado. Como operacionalizar essa obrigação? O particular vai arcar com o pagamento da indenização? Como prever esse valor para fins da proposta? Eventual diferença entre o valor definido para a desapropriação e o estimado inicialmente enseja direito à revisão ou esse risco compõe a matriz de riscos, alocado como risco do contratado?
- 45 O que é sistema informatizado de acompanhamento de obras e a Modelagem da Informação da Construção (Building Information Modelling - BIM) previstos na nova Lei?
- 46 Duas determinações previstas na nova Lei reforçam a força vinculante dos contratos: impedimento à Administração ao retardamento imotivado da execução e necessidade de prévio termo aditivo para o contratado executar as prestações determinadas. De que forma prática essas regras impactam os contratos de obras? Esses impactos são positivos?
- 47 O que deve ser considerado na alocação dos riscos entre contratante e contratado? Quais riscos são preferencialmente transferidos ao contratado? Em quais contratações a definição da matriz de alocação dos riscos é obrigatória?
- 48 Se prevista matriz de alocação dos riscos, quais os impactos na formação dos preços da licitação? Quais as repercussões da matriz de riscos em relação às alterações e ao direito à revisão dos valores pactuados?

# Investimento: R\$ 2.510,00/participante

- Lei digital: *Lei de licitações e contratos administrativos e legislação correlata sobre contratação pública*
- Apostila digital específica do curso
- Certificado

\* O certificado será enviado para o e-mail indicado na inscrição até 15 dias após o término do curso (última aula). O percentual da frequência que constará do certificado será calculado de acordo com presença nas aulas on-line (ao vivo) verificada pelo acesso de login e senha no sistema por inscrição/aluno.

\* Cada senha de acesso à sala virtual dá direito a um único acesso e certificação. A senha não deve ser compartilhada.

\* É vedada a captação de som ou imagem das aulas, bem como seu compartilhamento por qualquer meio ou mídia.

\* A ZÊNITE reserva-se o direito de cancelar unilateralmente a realização do curso ou, ainda, reagendar data/horários de realização, comprometendo-se a informar antecipadamente os inscritos, o que não caracterizará infração administrativa ou civil, ficando isenta de qualquer sanção, indenização ou reparação (material e moral).

## Pagamento

O pagamento da inscrição deverá ser efetuado em nome de ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A., CNPJ 86.781.069/0001-15.

Envio de Nota de Empenho / Ordem de Serviço ou Autorização de fornecimento, com posterior pagamento através de uma das contas bancárias indicadas:



Banco do Brasil - Ag. 3041-4 • c/c 84229-X



Caixa Econômica - Ag. 1525-3 • c/c 1566-2



Banco Santander - Ag. 3837 • c/c 130017258



Banco Itaú - Ag. 3833 • c/c 63040-7



Banco Bradesco - Ag. 2559 • c/c 26622-1

**OBSERVAÇÃO:** Para o mercado privado, outras opções de pagamento estarão disponíveis, como:

- Boleto
- Transferência bancária
- Depósito

## INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES

(41) 2109-8666  
[evento@zenite.com.br](mailto:evento@zenite.com.br)  
[www.zenite.com.br](http://www.zenite.com.br)